

**Acta nº 10 - Reunião ordinária da
Câmara Municipal de Pombal,
celebrada em treze de Março de mil
novecentos e noventa e
oito.**_____

_____Aos treze dias do mês de Março de mil novecentos e noventa e oito, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas quinze horas, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, estando presentes, além do Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores Dra. Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro, Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos Silva e Dr. Carlos José Martins Pires Lopes, comigo Maria Albina Junqueira dos Santos _____Lopes, _____Chefe _____de Secção._____

_____Depois do Senhor Presidente ter declarado aberta a reunião, foram tratados os seguintes assuntos:_____

Faltas dos Membros da Câmara._____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificada a falta do Senhor Vereador Dr. Joaquim António dos Santos Guardado._____

Acta da Reunião
Anterior._____

_____Foi presente à reunião a acta da reunião anterior, cujo exemplar foi previamente distribuído por todos os seus membros, tendo sido aprovada, por unanimidade, e assinada pelo Senhor Presidente e Chefe de Secção dos Serviços Administrativos._____

Resumo Diário da Tesouraria._____

_____A Câmara tomou conhecimento do seguinte Resumo Diário da Tesouraria relativo ao dia doze de Março, corrente:_____

_____Da conta do Município, que apresenta um saldo em dinheiro de vinte e oito milhões setecentos e onze mil trezentos e noventa e um escudos._____

_____ Da conta de Operações de Tesouraria, que apresenta um saldo em dinheiro de cinquenta e oito milhões oitocentos e doze mil oitocentos e cinquenta e cinco escudos e cinquenta centavos. _____

Acta nº 10 de 98.03.13

Pagamentos efectuados entre os dias seis e doze de Março, corrente. _____

_____ Foram feitos: _____

_____ Pagamentos/Operações Orçamentais no valor de 14.986.938\$50; _____

_____ Pagamentos/Operações de Tesouraria no valor de 3.653.315\$00. _____

_____ A Câmara ficou inteirada. _____

Comunicação de actos praticados no uso de delegação e subdelegação de competências. _____

_____ A Câmara foi informada pelo Senhor Presidente de que entre seis e doze de Março, corrente, inclusivé, foram praticados actos de acordo com as relações que se anexam e dão como reproduzidas, respeitantes a: _____

_____ 73 licenças de obras; _____

_____ 2 licenças para destruição de revestimento vegetal; _____

_____ 8 horários de funcionamento de estabelecimentos. _____

_____ A Câmara ficou inteirada. _____

Ampliação e Beneficiação do Mercado de Pombal - Procº nº 55/97 - Adjudicação. _____

_____ Foi presente à reunião, uma informação da Divisão de Obras Públicas, que a seguir se transcreve: _____

_____ ”1 - CRITÉRIOS DE APRECIACÃO DE PROPOSTAS: _____

_____ De acordo com o ponto nº. 18 do Programa de Concurso, a adjudicação será efectuada à proposta mais vantajosa, considerando a ponderação de critérios, que seguidamente se indicam, por ordem decrescente de importância: _____

Acta nº 10 de 98.03.13

- _____ 1º. Critério - Capacidade técnica 35%;_____
- _____ 2º. Critério - Preço 30%;_____
- _____ 3º. Critério - Capacidade económica e financeira 25%;_____
- _____ 4º. Prazo de Execução 10%._____

_____ 2 - ANÁLISE DE PROPOSTAS:_____

_____ Foram admitidas a este concurso, para a empreitada mencionada em epígrafe, e que se encontra previsto em plano de actividades sob o código 08.04.02 e no orçamento sob a rubrica 04.09.03, nas condições abaixo indicadas:_____

_____ 2.1 - JOPONTE CONSTRUÇÕES, LDA ., com sede em Pombal e TEVLIS, CONSTRUÇÕES, LDA. com sede em Leiria;_____

_____ 2.1.1- 1º. Critério (Capacidade técnica) - Da análise da relação de obras apresentadas, verificamos que realizou várias obras semelhantes à que foi objecto deste concurso. A memória descritiva, o plano de trabalho e o plano de pessoal e equipamento a afectar à obra encontram-se bem adequados;_____

_____ 2.1.2 - 2º. Critério (Preço) - 88.925.896\$00, mais I.V.A.;_____

_____ 2.1.3 - 3º. Critério - (capacidade económica e financeira) - De acordo com a análise do Modelo 22 do IRC, podemos concluir que a firma possui as condições mínimas necessárias para executar a obra;_____

_____ 2.1.4 - 4º. Critério - (prazo de execução) - O prazo de execução proposto é de 365 dias conforme está previsto no caderno de encargos._____

_____ 2.2 - VIANA & CONDE, S.A ., com sede em Granja do Ulmeiro;_____

_____ 2.2.1 - 1º. Critério (Capacidade técnica) - Da relação de obras apresentadas, constata-se que executou obras semelhantes à que foi objecto deste concurso. A memória descritiva, o plano de trabalho e o plano de pessoal e equipamento a afectar à obra encontram-se bem adequados;_____

_____ 2.2.2 - 2º. Critério (Preço) - 126.328.215\$00, mais I.V.A.;_____

_____ 2.2.3 - 3º. Critério - (capacidade económica e financeira) - De acordo com a análise do Modelo 22 do IRC, podemos concluir que a firma possui as condições mínimas necessárias para executar a obra ;_____

_____2.2.4 - 4º. Critério - (prazo de execução) - O prazo de execução proposto é de 365 dias conforme está previsto no caderno de encargos._____

_____2.3 - JOÃO SALVADOR, LDA., com sede em Tomar;_____

_____2.3.1- 1º. Critério (Capacidade técnica) - Da relação de obras apresentadas, verifica-se que executou obras semelhantes à que foi objecto deste concurso. A memória descritiva, o plano de trabalho e o plano de pessoal e equipamento a afectar à obra encontram-se bem adequados;_____

_____2.3.2 - 2º. Critério (Preço) - 129.869.973\$00, mais I.V.A;_____

_____2.3.3 - 3º. Critério - (capacidade económica e financeira) - De acordo com a análise do Modelo 22 do IRC, podemos concluir que a firma possui as condições mínimas necessárias para executar a obra;_____

_____2.3.4 - 4º. Critério - (prazo de execução) - Esta firma apresenta uma proposta condicionada apenas no que respeita ao prazo de execução, conforme está previsto no caderno de encargos - 300 dias._____

_____2.4 - SOCOLIRO CONSTRUÇÕES, S.A., com sede em Fátima;_____

_____2.4.1 - 1º. Critério (Capacidade técnica) - Da relação de obras apresentadas, verifica-se que já realizou obras semelhantes à que foi objecto deste concurso. A memória descritiva, o plano de trabalho e o plano de pessoal e equipamento a afectar à obra encontram-se bem adequados;_____

_____2.4.2 - 2º. Critério (Preço) - 138.667.267\$00, mais I.V.A (Valor corrigido, de acordo com o artº. 76º. do Dec. Lei 405/93 de 10 de Dezembro);_____

_____2.4.3 - 3º. Critério - (capacidade económica e financeira) - De acordo com a análise do Modelo 22 do IRC, podemos concluir que a firma possui as condições satisfatórias para executar a obra;_____

_____2.4.4 - 4º. Critério - (prazo de execução) - O prazo de execução proposto é de 365 dias conforme está previsto no caderno de encargos._____

_____2.5 - LEIRISLENA - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA., com sede em Barracão;_____

_____2.5.1 - 1º. Critério (Capacidade técnica) - Da relação de obras apresentadas, constata-se que já executou obras complexas, mas de natureza diferente e de menor dimensão à que foi objecto deste concurso. A memória descritiva, o plano de trabalho e o

plano de pessoal e equipamento a afectar à obra encontram-se bem adequados;_____

Acta nº 10 de 98.03.13

_____2.5.2 - 2º. Critério (Preço) - 93.999.489\$00, mais I.V.A (Valor corrigido, de acordo com o artº. 76º. do Dec. Lei 405/93 de 10 de Dezembro);_____

_____2.5.3 - 3º. Critério - (capacidade económica e financeira) - De acordo com a análise do Modelo 22 do IRC, podemos concluir que a firma possui as condições mínimas necessárias para executar a obra;_____

_____2.5.4 - 4º. Critério - (prazo de execução) - O prazo de execução proposto é de 365 dias conforme está previsto no caderno de encargos._____

_____2.6 - ONDICONSTROI - EDIFICAÇÕES DE CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA., com sede em Pombal;_____

_____2.6.1 - 1º. Critério (Capacidade técnica) - A relação de obras apresentadas, verificou-se que já realizou obras semelhantes à que foi objecto deste concurso. A memória descritiva, o plano de trabalho e o plano de pessoal e equipamento a afectar à obra encontram-se bem adequados;_____

_____2.6.2 - 2º. Critério (Preço) - 96.876.349\$00, mais I.V.A.;_____

_____2.6.3 - 3º. Critério - (capacidade económica e financeira) - De acordo com a análise do Modelo 22 do IRC, podemos concluir que a firma possui as condições mínimas necessárias para executar a obra;_____

_____2.6.4 - 4º. Critério - (prazo de execução) - O prazo de execução proposto é de 365 dias conforme está previsto no caderno de encargos._____

_____2.7 - FERNANDO DOS SANTOS JOSÉ, LDA ., com sede em Pombal;_____

_____2.7.1 - 1º. Critério (Capacidade técnica) - Da relação de obras apresentadas, constata-se que já realizou várias obras semelhantes à que foi objecto deste concurso. A memória descritiva, o plano de trabalho e o plano de pessoal e equipamento a afectar à obra encontram-se bem adequados;_____

_____2.7.2 - 2º. Critério (Preço) - 127.680.000\$00, mais I.V.A (Valor corrigido, de acordo com o artº. 76º. do Dec. Lei 405/93 de 10 de Dezembro);_____

_____2.7.3 - 3º. Critério - (capacidade económica e financeira) - De acordo com a análise do Modelo 22 do IRC, podemos concluir que a firma possui as condições mínimas necessárias para executar a obra;_____

_____2.7.4 - 4º. Critério - (prazo de execução) - O prazo de execução proposto é de 365 dias conforme está previsto no caderno de encargos._____

Acta nº 10 de 98.03.13

_____3 - De acordo com o atrás exposto e considerando a análise efectuada, tendo em conta os critérios já apontados, a classificação das firmas, por ordem decrescente da sua importância, na escala de 1 a 5 é a constante do quadro que a seguir se apresenta e de onde se pode concluir que a proposta mais vantajosa é a da Firma - JOPONTE CONSTRUÇÕES, LDA., com sede em Pombal e TEVLIS, CONSTRUÇÕES, LDA. com sede em Leiria, com a proposta no valor de 88.925.896\$00, mais I.V.A. e com o prazo de execução de 365 dias._____

CONCORRENTES	VALOR DA PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO FINAL
JOPONTE, LDA./ TEVLIS, LDA.	88.925.896,00 Esc.	3,64
ONDICONSTROI., LDA.	96.876.349, 00 Esc.	3,47
LEIRISLENA - SOCIEDADE DE CONS., LDA.	93.999.489, 00 Esc.	3,36
JOÃO SALVADOR, LDA	129.869.973,00 Esc.	2,84
VIANA & CONDE, S.A.	126.328.215,00 Esc.	2,81
SOCOLIRO, S.A.	138.667.267,00 Esc.	2.71
FERNANDO DOS SANTOS JOSÉ, LDA	127.680.000, 00 Esc.	2.58

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar a empreitada mencionada em epígrafe, à firma - Joponte Construções, Lda., com sede em Pombal e Tevlis, Construções, Lda. com sede em Leiria, pelo preço de 88.925.896\$00, mais IVA, valor da sua proposta._____

**Ampliação das Redes de Saneamento
(Desvio de Águas Pluviais sob a EN 1
junto à Fábrica da Sumol para o Rio
Arunca) - Procº. nº 57/97 - Recepção
Provisória.**_____

_____ Em face do auto da recepção provisória, da obra mencionada em epígrafe, a Câmara deliberou, por unanimidade receber a obra provisoriamente. _____

Acta nº 10 de 98.03.13

Subscrição das Acções no Aumento de Capital da Sociedade Valorlis. _____

_____ Foi presente à reunião uma informação dos Serviços, do seguinte teor: _____

_____ ”Assunto: Subscrição de Acções no aumento de capital da Sociedade
_____ Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos
_____ Urbanos, S.A., de 150.000.000\$00 para 325.470.000\$00.

_____ Considerando que: _____

_____ 1. O Município de Pombal é accionista da Valorlis, S.A., com 9,518% do Capital Social tendo, até ao momento, subscrito 14.277 acções no valor de 1.000\$00 cada; _____

_____ 2. O Conselho de Administração da Valorlis, S.A. deliberou, em 2 de Fevereiro último, proceder ao aumento de capital social de 150.000.000\$00 para 325.470.000\$00, nos termos do nº 1 do Artigo 6º dos Estatutos; _____

_____ 3. O Conselho de Administração deliberou ainda que a subscrição se faça até ao final de Março, sendo que a consumação se fará pagando 40% do montante no momento da subscrição, 30% até final de Abril e os demais 30% até final de Maio; _____

_____ 4. A subscrição foi prevista no Plano de Actividades desta Câmara Municipal (Objectivo 06, Programa 05 e Projecto 01 - “Participação na Valorlis”). _____

_____ Em face do exposto deverá o Município de Pombal subscrever 16.701 acções do valor nominal de mil escudos cada (de um total de 175.470 novas acções). A subscrição implica o pagamento de 6.680.400\$00 até final de Março, de 5.010.300\$00 até final de Abril e de 5.010.300\$00 até final de Maio.” _____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, subscrever as acções, de harmonia com as condições constantes da informação acima transcrita. _____

Acta nº 10 de 98.03.13

Loteamento Urbano de Manuel da Mota/Alteração._____

_____ Foi presente à reunião uma informação da Divisão de Urbanismo, que a seguir se transcreve:_____

_____” Assunto: Alteração ao alvará de loteamento nº 1/76_____

_____ Reqtº nº 5404, de 97/10/20_____

_____ Requerente: Manuel da Mota_____

_____ Local: Fonte Nova - Pombal._____

_____ A alteração ao Alvará de Loteamento nº 1/76, consiste na alteração do lote nº 8, ou melhor, da utilização prevista para a cave, a qual passa a destinar-se a comércio._____

_____ Com a alteração pretendida fica devidamente salvaguardado o acesso a partir da rua situada do lado Norte, o nº de lugares de estacionamento e o ordenamento e arrelvamento do logradouro._____

_____ A alteração ao alvará de loteamento merece parecer favorável da Divisão de Urbanismo.”_____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração proposta para o lote nº 8, de harmonia com a informação._____

Loteamento Urbano de Manuel da Silva, Lda/Alteração._____

_____ Foi presente à reunião uma informação da Divisão de Urbanismo, que a seguir se transcreve:_____

_____” Assunto: Alteração ao alvará de loteamento nº
2/94 _____
_____Reqto nº 6053, de 3 de Dezembro de 1997 _____
_____Requerente: Manuel da Silva, Lda _____
_____Local: Bairro Agorreta - Pombal. _____

Acta nº 10 de 98.03.13

_____De acordo com o Alvará de Loteamento nº 2/94, para o local está prevista a construção de 7 lotes, com a área total de construção 7.271 m2, 50 fogos e 16 unidades de ocupação (11 comércio e 5 escritórios). _____

_____É de referir que para um terreno com a área total de 3.418 m2 a construção prevista para o local equivale a um índice de construção de 2,12 e o perfil dos arruamentos existentes não se encontra dimensionado nem suporta, a densidade de construção prevista. _____

_____A alteração da utilização solicitada para os lotes 1 e 2, de modo a destinar-se a uma unidade hoteleira, com 38 quartos, vai agravar ainda mais as dificuldades de estacionamento existentes no Bairro Agorreta, nomeadamente no quarteirão objecto de loteamento, para onde nem sequer foram previstos quaisquer lugares de estacionamento à superfície. _____

_____Assim, sugere-se que a Câmara delibere a intenção de indeferimento do pedido de alteração ao alvará, com base nas alíneas a) e e) do nº 2 do artº 13º do Dec-Lei nº 448/91, de 29 de Novembro.” _____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer, por escrito, o que se lhe oferecer. _____

_____Nesta altura deu entrada na sala para fazer parte da reunião, o Vereador Senhor Dr. João Manuel Carreira da Conceição Coucelo. _____

Licenciamento de Obra Particular/ Aprovação de Arquitectura. _____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o seguinte projecto de arquitectura, de harmonia com as informações da Divisão de Obras Particulares: _____

_____De Extragest – Comércio e Serviços, Lda., com sede no lugar de Travasso,

freguesia e concelho de Pombal, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à alteração de um imóvel, destinado a armazéns e escritórios, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 1431/RC/97. _____

Acta nº 10 de 98.03.13

**Licenciamento de Obras Particulares/
Concessão de Licenças.** _____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir os seguintes requerimentos, de harmonia com as informações da Divisão de Obras Particulares: _____

_____De Gonçalves & Gomes, Ld^a., com sede na Zona Industrial da Formiga, Lote 11 em Pombal, em que solicita licença para proceder à alteração e ampliação de um imóvel, destinado a indústria, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 787/RC/97. _____

_____De Processar – Exploração e Tratamento de Argilas, Ld^a., com sede no lugar e sede de freguesia de Meirinhas, deste Concelho, em que solicita licença para proceder à construção de um telheiro, destinado a armazém de argilas, no lugar de Outeiro do Casconho, freguesia da Redinha, deste concelho, a que se refere o processo de obras nº. 1327/RC/97. _____

_____De José Manuel Mendes Ferreira , residente na Rua de Ansião, nesta Cidade, em que solicita licença para proceder à alteração de um imóvel, destinado a estabelecimento comercial, na Av. Heróis do Ultramar, nº 161, em Pombal, a que se refere o processo de obras nº. 1437/RC/97. _____

_____De Delfim Vieira Duro da Cruz, residente no lugar de Achadas, freguesia das Meirinhas, deste concelho, em que solicita licença para proceder à construção de um imóvel, destinado à preparação de leitão assado, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 1103/RC/97. _____

_____De Ovofrango – Sociedade Industrial e Avícola da Gramela, Ld^a., com sede no lugar de Gramela, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita licença para proceder à alteração do uso do imóvel para armazém, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 249/RC/98._____

_____Mais deliberou, por unanimidade aprovar o requerimento da firma Ovofrango – Sociedade Industrial e Avícola da Gramela, Ld^a., por minuta, para efeitos de execução imediata._____

Acta nº 10 de 98.03.13

Pedido de licenciamento de uma pedreira._____

_____Foi presente à reunião um requerimento da Firma Processar - Exploração e Tratamento de Argilas, Ld^a., com sede na Rua do Casal de Além - Meirinhas, deste Concelho, em que requer licença para um estabelecimento de pedreira de argila, no lugar de Casal Fernão João, desta freguesia e concelho._____

_____Junto encontra-se uma informação da Divisão de Urbanismo, que a seguir se transcreve:_____

_____”A Firma Processar - Exploração e Tratamento de Argilas, Ld^a., com sede na Rua do Casal d’Além, nº 1, em, Meirinhas, concelho de Pombal, requereu em 10 de Fevereiro de 1998, na qualidade de proprietária, licença de estabelecimento de pedreira de argila, numa parte (10.130 m²) de um terreno com a área total de 45.800 m², sito em Casal Fernão João, freguesia de Pombal._____

_____Verifiquei a área prevista para exploração, no dia 27 de Fevereiro de 1998. A área corresponde à descrita na planta topográfica anexa ao processo. Não foi dado ainda início à desflorestação do local em causa._____

_____O processo encontra-se instruído nos termos legais para obter o licenciamento por este Município, incluindo o previsto no nº 5 do artº 18º do Dec-Lei nº 89/90, de 16 de Março, não havendo nada a opor quanto à concessão da licença pretendida._____

_____É de referir que se deve informar o requerente quanto à exigência do cumprimento das condições estabelecidas pela CCRC, aquando do seu parecer favorável ao licenciamento em causa, assim como da obrigatoriedade do cumprimento da Lei das Pedreiras (Dec-Lei nº 89/90, de 16 de Março), e do Regulamento Geral de Segurança e Higiene no Trabalho de Minas e Pedreiras (Dec-Lei nº 162/90, de 22 de Maio)._____

_____As condições impostas pela CCRC, são as seguintes:_____

_____ - Criação de uma cortina arbórea, onde necessária; _____

_____ - cumprimento das zonas de defesa estabelecidas no artº 13º do mesmo diploma; _____

_____ - minimização do empoeiramento por meio de regas durante a exploração, sempre que necessário; _____

_____ - armazenagem de terras vivas de cobertura e dos estéreis, em pargas separadas, para a recuperação paisagística; _____

Acta nº 10 de 98.03.13

_____ - no desmonte, os degraus deverão ter altura adequada, para facilitar os trabalhos de recuperação; _____

_____ - apresentação de um plano de recuperação paisagística à Direcção Regional do Ambiente do Centro (DRAC), até 6 meses após o licenciamento; _____

_____ - deverá ter-se em atenção a proximidade em relação à área de Reserva Ecológica Nacional (REN), cujo regime legal não pode ser violado; _____

_____ - deverá ser garantido um acesso adequado ao uso pretendido. _____

_____ Recomenda-se ainda que quando a Firma exploradora pretenda exceder nesta exploração qualquer dos limites estabelecidos na alínea a) do nº 2 do artº 18º do Dec-Lei nº 89/90, de 16 de Março, deverá obter nova licença, nos termos do artº 24º do mesmo diploma.” _____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder a licença pretendida, de harmonia com a informação da Divisão de Urbanismo, acima transcrita. _____

Pedidos de Informação Prévia. _____

_____ 1. Foi presente à reunião um requerimento de Rogério Gameiro Simões, residente no lugar de Aleixa, freguesia de S. Simão de Litém, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de um imóvel, destinado a armazém de materiais de construção, no referido lugar. _____

_____ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: _____

_____”De acordo com os elementos apresentados o local situa-se em Espaço Agro-Florestal e em REN de acordo com o PDM em vigor, sendo de indeferir o pedido com base no D.L. 445/91 de 20/11 artigo 63.1.a). Para aquele local poderá considerar-se viável uma construção de acordo com o previsto no artigo 40.7 do PDM, desde que o mesmo se implante no alinhamento das construções existentes no local e de forma a que não colida com a servidão da REN que se considera estar para além duma faixa de cerca de 25m do eixo _____ da _____ via _____ pública confinante.” _____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer, por escrito, o que se lhe oferecer. _____

Acta nº 10 de 98.03.13

_____2. Foi de novo presente à reunião um requerimento de Henrique Vasco Louro, residente no lugar de Aduguete, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no referido lugar, tendo a Câmara deliberado na reunião de 23 de Janeiro, último, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias, para dizer por escrito o que se lhe _____ oferecesse, _____ o _____ que _____ não fez. _____

_____Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: _____

_____”Estando decorrido o prazo dos 10 dias para o requerente se pronunciar sobre a intenção de indeferimento e o mesmo não o tendo feito será de indeferir o respectivo pedido.” _____

_____A Câmara, em face da informação da Divisão de Obras Particulares, deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido. _____

Apoio a Freguesias. _____

Junta de Freguesia de Vila Cã. _____

_____Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia de Vila Cã, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com o combustível e manutenção da

máquina rectroescavadora daquela Junta de Freguesia. _____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia de Vila Cã, com um subsídio no valor de 1500.000\$00, em duas prestações, de 1.000.000\$00 e de 500.000\$00. _____

_____ **Junta de Freguesia de Carnide.** _____

_____ Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia de Carnide, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com o transporte de tout-venant para diversos caminhos daquela Freguesia, no montante de 29.689\$00. _____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia de Carnide, com um subsídio no valor de 29.689\$00, para o efeito. _____

Acta nº 10 de 98.03.13

Apoio a Entidades. _____

_____ **Associação Centro Social de S. Pedro.** _____

_____ Foi presente à reunião uma carta da Associação Centro Social de S. Pedro, de Albergaria dos Doze, deste Concelho, datada de 7 de Novembro do ano findo, que a seguir se transcreve: _____

_____”Junto se envia o 2º auto de medição apresentado pela firma construtora do Centro de Dia de Albergaria dos Doze. _____

_____Vimos pois, solicitar a V. Exª. que se digne autorizar o pagamento da percentagem que é da responsabilidade da Câmara Municipal de Pombal. _____

_____Em anexo seguem os documentos comprovativos do referido auto de medição, bem como da respectiva factura.” _____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, comparticipar com o pagamento de 545.938\$00 respeitante ao auto de medição nº. 2. _____

_____ **Associação Recreativa e Cultural de Ranha de Baixo.** _____

_____Na reunião de 16 de Janeiro do corrente ano, foi deliberado, por unanimidade, apoiar a Associação em epígrafe com o fornecimento de materiais no valor de 435.708\$00, destinados a obras de acabamento do salão daquela Associação. _____

_____Verificando-se ter havido lapso no valor dos preços unitários de alguns materiais o que motivou uma diferença de preço no valor de 30.888\$00, conforme informação da Secção de Aprovisionamento, datada de 10 de Março, corrente._____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o pagamento dos 30.888\$00, para o efeito._____

_____Centro Recreativo Folclórico e Artístico de Antões._____

_____Foi presente à reunião uma carta do Centro Recreativo em epígrafe, em que solicita apoio destinado a minimizar as despesas com a aquisição de um terreno para ampliação das suas instalações._____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar o Centro Recreativo Folclórico e Artístico de Antões, com um subsídio no montante de 400.000\$00, para o efeito.

Acta nº 10 de 98.03.13

_____Associação Recreativa de Matosos._____

_____Foi presente à reunião uma informação do Chefe da Secção de Aprovisionamento, em que descremina os materiais necessários à obra de arranjos exteriores, da Associação supracitada, no montante de 455.300\$00._____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a referida Associação, com o fornecimento dos materiais necessários, no montante de 455.300\$00._____

Minuta de Contrato de arrendamento para instalação de equipamento de telecomunicações em edifício Municipal.

_____Foi presente à reunião, uma proposta do Senhor Presidente, que a seguir se transcreve:_____

_____”Assunto: Contrato com a MAIN ROAD TELECOMUNICAÇÕES, S.A._____

_____Com vista à instalação de uma antena de telecomunicações num depósito de água propriedade deste Município, sito em Foitos, freguesia do Louriçal, pretende a empresa referida em epígrafe celebrar com esta Câmara contrato de arrendamento._____

_____ O contrato, cuja minuta se anexa, tem a duração de 15 anos, sendo renovável por iguais e sucessivos períodos, e renderá a esta autarquia 420.000\$00 anuais, valor este actualizado anualmente de acordo com o coeficiente aprovado pelo governo para arrendamentos _____ não habitacionais. _____

_____ Assim, proponho à Câmara a aprovação da respectiva minuta de contrato e a delegação de poderes no seu Presidente para outorga do mesmo.” _____

_____ Junto encontra-se a minuta do contrato de arrendamento para instalação de equipamento de telecomunicações em edifício municipal, a qual fica apensa à presente acta e se dá por integralmente reproduzida. _____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente acima transcrita e dar-lhe poderes ou a quem legalmente o substituir para outorgar _____ e _____ assinar _____ o _____ respectivo contrato. _____

Acta nº 10 de 98.03.13

Proposta de Tarifário de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos Urbanos.

_____ Foram presentes à reunião as propostas sobre tarifário para água, saneamento e resíduos sólidos urbanos, que a seguir se transcrevem: _____

_____ ”O esforço desenvolvido nos últimos anos por este Município em ordem ao abastecimento de água e à recolha e tratamento de águas residuais e de resíduos sólidos urbanos é, por si só, expressivo da importância que a Câmara Municipal de Pombal têm atribuído a estas três áreas. _____

_____ Nos últimos dois anos conseguiu-se estender o abastecimento de água a mais 18 % dos agregados familiares do Concelho tendo atingido uma taxa de cobertura da ordem _____ dos 83%. _____

_____ Introduzimos importantes alterações no sistema de cobrança dos tarifários de tal modo que qualquer consumidor recebe hoje, em sua casa e comodamente, a factura relativa ao seu consumo, tendo à sua disponibilidade diversas modalidades de pagamento

que vão desde os CTT, o Multibanco, as transferências bancárias a partir de mais de dez bancos ou os cerca de 30 postos de cobrança em estabelecimentos comerciais dispersos por todo o Concelho.

No que a saneamento respeita, temos vindo a desenvolver significativo esforço no sentido da extensão das redes de recolha e da sua condução a ETAR para tratamento e devolução.

No capítulo dos resíduos sólidos urbanos pusemos termo ao mais grave atentado à saúde pública existente no Concelho, a Lixeira Municipal, perpetuada há mais de duas décadas.

A integração deste Município, conjuntamente os Municípios da Alta Estremadura, em Sistema Multimunicipal de Recolha, Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos foi uma opção estratégica que permitiu, no mais curto espaço de tempo conhecido a nível nacional, o cabal encerramento da Lixeira Municipal e a deposição dos RSU, desde Fevereiro último, em aterro sanitário. Permitirá também, no curto prazo, uma vultosa intervenção na recolha selectiva com instalação de Ecopontos em todo o Concelho, assim de dando concretização à *Política dos 3 R's*.

Esta solução, impelida pelo seu impacto ambiental, custará à Câmara Municipal cerca de três mil escudos por tonelada depositada, estimando-se em mais de trinta mil contos os custos anuais.

Acta nº 10 de 98.03.13

Considerando que as despesas com estas três áreas absorvem mais de 5 % da Receita Municipal e por, desde há dois anos, se não ter procedido à correcção dos respectivos tarifários, mandei que sobre os mesmos fosse executado um rigoroso estudo presidido pelos princípios dimanados da Lei das Finanças Locais.

Com base naquele estudo assim se propõem os seguintes tarifários:

RIFA MENSAL DO CONSUMO DE ÁGUA (POR M3)									
DOMÉSTICO		COMÉRCIO E INDÚSTRIA		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		AUTARQUIAS	
ESCALÕES	VALOR	ESCALÕES	VALOR	ESCALÕES	VALOR	ESCALÃO	VALOR	ESCALÃO	VALOR
0-5	50 Esc.	0-10	105 Esc.	ÚNICO	105 Esc.	ÚNICO	105 Esc.	ÚNICO	57 Esc.
6-10	95 Esc.	11-25	140 Esc.						
11-20	172 Esc.	26-50	175 Esc.						
21-30	315 Esc.	> 50	233 Esc.						
> 30	515 Esc.								
A linha cinza define o escalão máximo a aplicar em caso de ruptura comprovada									

TARIFA DE DISPONIBILIDADE DE LIGAÇÃO DE ÁGUA	
DIÂMETRO DO CONTADOR (mm)	TARIFA MENSAL
15	300 Esc.
20	400 Esc.
25	650 Esc.
30	900 Esc.
40	1.300 Esc.
>40	2.000 Esc.

SERVIÇOS ESPECIAIS (a vigorar depois de revogado o Regulamento Municipal de Águas e Saneamento em vigor à presente data)	
TARIFA	VALOR
TARIFA DE LIGAÇÃO	1.500 Esc.
TARIFA DE INTERRUPÇÃO	1.500 Esc.
TARIFA DE RESTABELECIMENTO	2.500 Esc.
TARIFA DE TRANSF. DE CONTADOR	3.000 Esc.
TARIFA DE AFERIÇÃO DE CONTADOR	4.000 Esc.
TARIFA DE ENSAIO DE CANALIZAÇÕES:	
Até 6 Dispositivos de Utilização	2.000 Esc.
De 7 a 20 Dispositivos de Utilização	3.000 Esc.
Mais de 20 Dispositivos de Utilização	4.000 Esc.

Acta nº 10 de 98.03.13

TARIFA MENSAL DE SANEAMENTO (POR M3 DE ÁGUA CONSUMIDA)							
DOMÉSTICO		COMÉRCIO E INDÚSTRIA		INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	
ESCALÕES	VALOR	ESCALÕES	VALOR	ESCALÕES	VALOR	ESCALÕES	VALOR
ÚNICO	35 Esc.	ÚNICO	80 Esc.	ÚNICO	40 Esc.	ÚNICO	40 Esc.
Em caso de ruptura comprovada considerar-se-á o consumo médio dos últimos seis meses							

TARIFA MENSAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS		
TIPO DE CONSUMO	TARIFA FIXA	TARIFA POR M3 DE ÁGUA CONSUMIDA
Doméstico	0 Esc.	62 Esc.
Comércio e Indústria	1.000 Esc.	100 Esc.
Sem Fins Lucrativos	750 Esc.	100 Esc.
Administração	750 Esc.	100 Esc.

Central		
Em caso de ruptura comprovada considerar-se-á o consumo médio dos últimos seis meses		

TARIFA MENSAL PARA GRANDES PRODUTORES DE RSU	
PRODUÇÃO DIÁRIA (EM LITROS)	TARIFA
1101 a 1500	67.500 Esc.
1501 a 2000	94.500 Esc.
2001 a 2500	121.500 Esc.
2501 a 3000	148.500 Esc.
3001 a 5000	216.000 Esc.
> 5000	270.000 Esc.

_____Depois de várias intervenções do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores, a Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Dra. Ofélia Moleiro, Luís Diogo Mateus, Carlos Alberto Silva e Dr. João Coucelo e com uma abstenção do Vereador Senhor Dr. Carlos Lopes, aprovar as propostas apresentadas pelo Senhor Presidente acima transcritas._____

_____Mais deliberou, que as referidas tarifas entrem em vigor na facturação produzida a partir do próximo mês de Maio, inclusivé._____

Acta nº 10 de 98.03.13

Outros assuntos não incluídos na Ordem do Dia._____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade, ao abrigo do artigo 19º. do Código do Procedimento Administrativo, apreciar e submeter a votação os seguintes assuntos:_____

Pessoal/Regularização nos termos do Decreto-Lei 413/91, de 19 de Outubro._____

_____Foi presente à reunião uma proposta do Senhor Presidente, que a seguir se transcreve:_____

”PROPOSTA

_____ Em resultado da última inspecção operada por Inspectores da IGAT, a este Município, foram os Serviços e a Câmara Municipal incumbidos de proceder ao levantamento das situações de funcionários, nomeados irregularmente, passíveis de regularização nos termos do Decreto-Lei n.º 413/91, de 19 de Outubro, que define “... o regime de regularização de situações de pessoal, do quadro dos Municípios, que tenham sido admitidos para lugares de ingresso ou de acesso ou provido com violação de disposições legais geradora de nulidade ou inexistência jurídica ...”.

_____ Na sequência do levantamento efectuado por um Advogado, contratado para o efeito, foi detectado um elevado número de situações, entre as quais, as que constam no texto abaixo, que, na opinião daquele Profissional e de acordo com pareceres da CCRC, a este propósito, seriam regularizáveis, nos termos do n.º 1, do art.º 2.º, do diploma supracitado.

_____ Neste sentido, e porque as funcionárias, abaixo indicadas, têm desempenhado funções em regime de tempo completo, com sujeição à disciplina, hierarquia e horário do respectivo serviço, e de forma pacífica, pública e ininterrupta, proponho à Câmara Municipal que nos termos do art.º 5.º, do Decreto-Lei acima referido, delibere considerar regularizadas as situações das funcionárias, e considerá-las providas, nos respectivos lugares e categorias, escalões e índices que actualmente detêm, a seguir indicados, cumprindo-se assim o estatuído naquele diploma.

Acta nº 10 de 98.03.13

SITUAÇÕES A REGULARIZAR NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 413/91, DE 19 DE OUTUBRO

_____ **DINA MARIA DA SILVA RODRIGUES - TESOUREIRO DE
TERCEIRA CLASSE** _____

_____ Provimento nulo no lugar de terceiro oficial administrativo em 07/07/88, por falta de consulta ao CEFA e à DGEFAP; Tesoureiro de terceira classe em 17/07/92, por ser acto subsequente de acto nulo.

_____ É provida na categoria de tesoureiro de terceira classe, integrada no escalão 2, índice 210.

_____ **MARGARIDA MARIA DOS SANTOS FERNANDO - SEGUNDO
OFICIAL ADMINISTRATIVO** _____

Provimento nulo no lugar de terceiro oficial administrativo em 07/07/88, por falta de consulta ao CEFA e à DGEFAP; segundo oficial administrativo em 10/02/94, por ser _____ acto _____ consequente _____ de _____ acto nulo. _____

É provida na categoria de segundo oficial administrativo, integrada no escalão 3, índice 220. _____

MARIA DOLORES DA SILVA GUEDES FERREIRA MENDES -

SEGUNDO OFICIAL ADMINISTRATIVO _____

Provimento nulo no lugar de terceiro oficial administrativo em 07/07/88, por falta de consulta ao CEFA e à DGEFAP; segundo oficial administrativo em 10/02/94, por ser _____ acto _____ consequente _____ de _____ acto nulo. _____

É provida na categoria de segundo oficial administrativo, integrada no escalão 4, índice 230. _____

MARIA MANUELA DE SOUSA GALVÃO - SEGUNDO OFICIAL

ADMINISTRATIVO _____

Provimento nulo no lugar de terceiro oficial administrativo em 07/07/88, por falta de consulta ao CEFA e à DGEFAP; segundo oficial administrativo em 10/02/94, por ser _____ acto _____ consequente _____ de _____ acto nulo. _____

É provida na categoria de segundo oficial administrativo, integrada no escalão 3, índice 220. _____

Acta nº 10 de 98.03.13

MARIA AUGUSTA VIEIRA - TERCEIRO OFICIAL

ADMINISTRATIVO _____

Provimento nulo no lugar de escriturário-dactilógrafo em 27/12/85, por não terem sido aplicados os métodos de selecção previstos na legislação, na altura, em vigor; terceiro oficial administrativo em 28/09/93, por ser acto subsequente de acto nulo. _____

É provida na categoria de terceiro oficial administrativo, integrada no escalão 2, índice 190. _____

MARIA CLARA SIMÕES LEITÃO GONÇALVES - TERCEIRO

OFICIAL ADMINISTRATIVO _____

Provimento nulo no lugar de escriturário-dactilógrafo em 27/12/85, por não terem sido aplicados os métodos de selecção previstos na legislação, na altura, em vigor;

terceiro oficial administrativo em 28/09/93, por ser acto subsequente de acto nulo._____

_____É provida na categoria de terceiro oficial administrativo, integrada no escalão 2, índice 190._____

_____ **MARIA HELENA FERREIRA MARQUES - TERCEIRO OFICIAL ADMINISTRATIVO** _____

_____Provimento nulo no lugar de escriturário-dactilógrafo em 27/12/85, por não terem sido aplicados os métodos de selecção previstos na legislação, na altura, em vigor; terceiro oficial administrativo em 28/09/93, por ser acto subsequente de acto nulo._____

_____É provida na categoria de terceiro oficial administrativo, integrada no escalão 2, índice 190._____

_____ **MARIA HELENA RUAS DA SILVA - TERCEIRO OFICIAL ADMINISTRATIVO** _____

_____Provimento nulo no lugar de escriturário-dactilógrafo em 27/12/85, por não terem sido aplicados os métodos de selecção previstos na legislação, na altura, em vigor; terceiro oficial administrativo em 28/09/93, por ser acto subsequente de acto nulo._____

_____É provida na categoria de terceiro oficial administrativo, integrada no escalão 2, índice 190._____

_____ **MARIA LUÍSA ANDRÉ DA SILVA OLIVEIRA - TERCEIRO OFICIAL ADMINISTRATIVO** _____

_____Provimento nulo no lugar de escriturário-dactilógrafo em 27/12/85, por não terem sido aplicados os métodos de selecção previstos na legislação, na altura, em vigor; terceiro oficial administrativo em 28/09/93, por ser acto subsequente de acto nulo._____

_____É provida na categoria de terceiro oficial administrativo, integrada no escalão 2, índice 190._____

Acta nº 10 de 98.03.13

_____ **ISABEL MARIA SANTOS MEDINAS CARVALHO VIVAS - TERCEIRO OFICIAL ADMINISTRATIVO** _____

_____Provimento nulo no lugar de escriturário-dactilógrafo em 27/12/85, por não terem sido aplicados os métodos de selecção previstos na legislação, na altura, em vigor; terceiro oficial administrativo em 28/09/93, por ser acto subsequente de acto nulo._____

_____É provida na categoria de terceiro oficial administrativo, integrada no escalão 3, índice 200._____

**LEONILDE ESPERANÇA GONÇALVES SILVA - TERCEIRO
OFICIAL ADMINISTRATIVO**

Provimento nulo no lugar de escriturário-dactilógrafo em 27/12/85, por não terem sido aplicados os métodos de selecção previstos na legislação, na altura, em vigor; terceiro oficial administrativo em 28/09/93, por ser acto subsequente de acto nulo.

É provida na categoria de terceiro oficial administrativo, integrada no escalão 2, índice 190.

**LEONILDE FERREIRA GONÇALVES CRUZ - TERCEIRO
OFICIAL ADMINISTRATIVO**

Provimento nulo no lugar de escriturário-dactilógrafo em 27/12/85, por não terem sido aplicados os métodos de selecção previstos na legislação, na altura, em vigor; terceiro oficial administrativo em 28/09/93, por ser acto subsequente de acto nulo.

É provida na categoria de terceiro oficial administrativo, integrada no escalão 2, índice 190.

**MARIA ISABEL DOS SANTOS FREIRE - TERCEIRO OFICIAL
ADMINISTRATIVO**

Provimento nulo no lugar de escriturário-dactilógrafo em 27/12/85, por não terem sido aplicados os métodos de selecção previstos na legislação, na altura, em vigor; terceiro oficial administrativo em 28/09/93, por ser acto subsequente de acto nulo.

É provida na categoria de terceiro oficial administrativo, integrada no escalão 2, índice 190.

**MARIA DE LURDES TORRES GONÇALVES SILVA MARQUES -
TERCEIRO OFICIAL
ADMINISTRATIVO**

Provimento nulo no lugar de escriturário-dactilógrafo em 27/12/85, por não terem sido aplicados os métodos de selecção previstos na legislação, na altura, em vigor; terceiro oficial administrativo em 28/09/93, por ser acto subsequente de acto nulo.

É provida na categoria de terceiro oficial administrativo, integrada no escalão 2, índice 190.

Acta nº 10 de 98.03.13

**PALMIRA MARIA MENDES CARDOSO FRANCISCO - TERCEIRO
OFICIAL ADMINISTRATIVO**

Provimento nulo no lugar de escriturário-dactilógrafo em 27/12/85, por não terem sido aplicados os métodos de selecção previstos na legislação, na altura, em vigor;

terceiro oficial administrativo em 28/09/93, por ser acto subsequente de acto nulo. _____

_____ É provida na categoria de terceiro oficial administrativo, integrada no escalão 3, índice 200. _____

_____ Todos estes processos, após deliberação da Câmara Municipal, porque de situações de ingresso se trata, serão submetidos a Visto do Tribunal de Contas.” _____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade e por minuta, aprovar a proposta do Senhor Presidente, acima transcrita. _____

Candidatura
PROCOM. _____ **ao**

_____ Foi presente à reunião uma informação do Senhor Presidente, que a seguir se transcreve: _____

_____ ”**CANDIDATURA AO PROCOM** _____
_____ (Projectos Especiais de Urbanismo
Comercial) _____

_____ A Câmara Municipal de Pombal, em parceria com a Associação Comercial e de Serviços, está a concretizar uma candidatura ao PROCOM (Dec.Lei nº 184/94, de 1 de Julho), por forma a realizar alguns investimentos que assegurem a recuperação e qualificação do tecido urbano em espaços comerciais. _____

_____ Para acompanhamento da concepção e execução do projecto de urbanismo comercial, será formada uma “Equipa de Projecto” que será coordenada pela Direcção Geral de Comércio (DGC) e integrará representantes das entidades interessadas, com perfil técnico e capacidade de decisão ou com facilidade de acesso aos respectivos decisores. _____

_____ Assim, nomeio como representantes da Câmara Municipal de Pombal, na referida Equipa de _____
Projecto: _____

_____ - O Chefe da Divisão de Urbanismo, Arquitecto Celestino Ferreira da Mota;
_____ - A Técnica Superior de Economia e Gestão, Lúcia Maria do Sacramento
_____ Lopes.” _____

_____ A Câmara tomou conhecimento. _____

Acta nº 10 de 98.03.13

**Minuta de Protocolo de Cooperação a
celebrar entre a Câmara Municipal de
Pombal e o CEPAE.**

_____ Foi presente à reunião, a minuta de protocolo de cooperação a celebrar entre a Câmara Municipal de Pombal e o CEPAE, que a seguir se transcreve: _____

_____ ”Entre o Centro do Património da Estremadura (CEPAE), com sede na Rua António Cândido da Encarnação, Edifício Jordão, 1º - escritório 3, 2440 Batalha, legalmente representado por Ana Mercedes Stoffel Fernandes, na qualidade de Presidente da Direcção, _

_____ e a Câmara Municipal de Pombal, legalmente representado por _____
_____, na _____ qualidade
de _____

_____ é celebrado o presente Protocolo de mútua colaboração, tendo em vista os objectivos culturais de ambas as instituições, nomeadamente na salvaguarda do Património, que _____ se _____ regerá _____ pelas _____ seguintes cláusulas: _____

Cláusula 1ª

_____ Finalidades do Protocolo _____

_____ O presente protocolo tem por objectivo definir as relações entre o CEPAE (Centro do Património da Estremadura) e a Câmara Municipal de Pombal, no sentido de promover a cooperação entre estas duas entidades, nomeadamente no que se refere à realização, em parceria, do projecto de inventariação do Património Cultural e Natural da região. _____

Cláusula 2ª

_____ Espaço de Intervenção _____

_____ O espaço geográfico objecto deste protocolo, corresponde aos lugares das freguesias do concelho de Pombal. _____

Cláusula 3ª

_____ Obrigações _____ do
CEPAE _____

_____ Constituem obrigações do CEPAE, as acções abaixo descritas: _____

_____ 1. Colaborar e apoiar, dentro das suas disponibilidades de recursos materiais e humanos, as actividades que venham a ser definidas ou promovidas pela Câmara Municipal _____ de _____ Pombal _____ relativas _____ ao Património. _____

_____2. Disponibilizar os seus serviços e apoio técnico para os trabalhos em parceria no campo da informatização do inventário dos bens patrimoniais de natureza histórica, cultural e natural, das freguesias do Concelho de Pombal, nomeadamente:_____

_____2.1. O CEPAE compromete-se a disponibilizar a sua Base de Dados informática, para ser instalada pela Câmara Municipal de Pombal, nos locais que entender ser de maior utilidade para a edilidade e comunidade em geral;_____

_____2.2. O CEPAE assegura a assistência técnica e formação sobre a instalação e funcionamento da Base de Dados, bem como o acompanhamento de todo o processo de recolha, lançamento e tratamento dos dados._____

_____3. Disponibilizar, sem qualquer ónus, os dados e documentação que possui ou vier a possuir, relativos ao Património Cultural e Natural da região da Estremadura._____

Cláusula 4ª

_____Obrigações da Câmara Municipal de Pombal_____

_____Constituem obrigações da Câmara Municipal de Pombal, as acções abaixo descritas:_____

_____1. Cooperar com o CEPAE, no sentido de apoiar e dinamizar acções que visem a sensibilização das populações para a importância do Património Local, nomeadamente:_____

_____1.1. A Câmara Municipal de Pombal compromete-se a desenvolver esforços junto das Juntas de Freguesia, Estabelecimentos de Ensino, Associações e outras entidades locais, no sentido de auxiliar o CEPAE a conseguir a sua participação efectiva nos trabalhos de _____ inventariação _____ do Património._____

_____2. Disponibilizar, no âmbito das suas competências, a informação existente, respeitante ao Património da sua área de intervenção, bem como definir critérios de prioridade, tendo em conta os interesses do Concelho nesta matéria._____

_____3. Assegurar as estruturas físicas e humanas para a realização dos trabalhos locais de recolha e informatização da documentação sobre o património existente, nomeadamente:_____

_____3.1. A Câmara Municipal de Pombal assume o compromisso de adquirir o equipamento informático necessário à instalação da Base de Dados, determinando igualmente o espaço físico da sua implementação no Concelho de Pombal, assegurando ainda, dentro das suas possibilidades, os recursos humanos para a sistematização dos

trabalhos _____ de _____ lançamento _____ de
dados. _____

Cláusula 5ª

Adendas _____

_____ Sempre que as entidades subscritoras considerarem necessário ou oportuno, para a melhor realização dos objectivos visados, proceder a ajustamentos ou à regulamentação de aspectos complementares, as respectivas cláusulas serão objecto de adendas ao Protocolo. _____

Cláusula 6º

Período de Vigência do Protocolo _____

_____ O presente Protocolo tem início na data da sua assinatura e é válido enquanto esta Associação estiver no exercício das suas funções, e nomeadamente enquanto o Projecto de Inventariação do Património estiver em vigor, salvo denúncia de qualquer dos subscritores, mediante aviso com a antecedência mínima de 30 dias, sem prejuízo, no entanto, do cumprimento das obrigações entretanto assumido pelas partes.” _____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade e por minuta, aprovar a minuta do Protocolo, e dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substituir para o outorgar e assinar. _____

**Licenciamento de Obras Particulares/
Aprovação de Architecturas.** _____

_____ A Câmara deliberou, por unanimidade e por minuta, aprovar os seguintes projectos de arquitectura, de harmonia com as informações da Divisão de Obras Particulares:

_____ De João Mendes Henrique Morgado, residente na Rua de Ansião, nesta Cidade, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à alteração de uma moradia, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 1397/RC/97. _____

_____ De Marques & Jorge, Lda., com sede na Rua de Santa Luzia, nº. 5, nesta Cidade, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à alteração de um imóvel, destinado a comércio, sito no Loteamento Casal Galego, Lote P3, em Pombal, a que se refere o processo de obras nº. 1500/RC/97. _____

_____ De Maria Mendes Mota Pereira, residente no lugar de Venda da Cruz, freguesia de Pelariga, deste concelho, em que solicita a aprovação do projecto de arquitectura respeitante à ampliação de um barracão, destinado a carpintaria mecânica, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 696/RC/97. _____

**Licenciamento de Obra Particular/
Concessão de Licença.**_____

_____A Câmara deliberou, por unanimidade e por minuta, deferir o seguinte requerimento, de harmonia com as informações da Divisão de Obras Particulares:_____

_____De J. Umbelino da Silva Monteiro, S.A., com sede no lugar de Meirinhas de Cima, freguesia de Meirinhas, deste concelho, em que solicita licença para proceder à ampliação de um imóvel destinado a indústria de cerâmica, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 1098/RC/96._____

**Calendarização do Estudo de
Reestruturação dos Serviços.**_____

_____Pela Senhora Vereadora Dra. Maria Ofélia Moleiro, foi apresentada uma calendarização do Estudo de Reestruturação dos Serviços, que a seguir se transcreve:_____

”21 de Janeiro - Início do levantamento (método entrevista)_____

23 de Fevereiro - Conclusão do levantamento_____

25 de Fevereiro a 7 de Março:_____

_____ - Deslocação a Lisboa, a 25/02/98, para assistir a demonstração de Sistemas de Informação Geográfica de interesse para as autarquias locais_____

_____ - Demonstração de aplicações SIGMA, nesta Câmara Municipal, a 5/03/98_

_____ - Tratamento da informação recolhida:_____

_____ Dependência hierárquica e funcional da Unidade Orgânica_____

_____ Efectivos por Unidade Orgânica, segundo o sexo, o intervalo etário, o nível habitacional e o grupo de pessoal_____

_____ Equipamento Informático (computadores e impressoras)_____

_____ Caracterização do Espaço Físico_____

_____ Representação esquemática, por Unidade Orgânica das funções e carências relacionadas_____

Acta nº 10 de 98.03.13

_____ Representação gráfica da dependência hierárquica e funcional e das
_____ comunicações
laterais _____

_____ Recolha de Organogramas e Regulamentos de Serviço de outros
_____ Municípios _____

Semana de 9 a 13 de Março _____

_____ - Dar nota da Programação à Dra.
Ofélia _____

_____ - Ver candidatura com Dra. Lídia _____

_____ - Ultimear todo o tratamento gráfico _____

_____ - Desenhar Nota Introdutória _____

_____ - Ler Francisco H. Valente _____

Semana de 16 a 20 de Março _____

_____ - Decidir as aplicações informáticas a adquirir, dos métodos de aquisição e
_____ respectiva programação, e promover as acções indispensáveis à
_____ Candidatura _____

_____ - Confrontar tabelas produzidas com a informação recolhida _____

_____ - Análise em pormenor dos organogramas
recolhidos _____

_____ - Desenho de preliminares soluções
orgânicas _____

Semana de 23 a 27 de Março _____

_____ - Apresentação de preliminares em sede de reunião com o Sr. Presidente,
_____ Srs. Vereadores e chefias _____

_____ - Concluir sobre a reunião _____

_____ - Conhecer o projecto de redistribuição elaborado pela DU _____

1ª e 2ª Semana de Abril _____

_____ - Ultimação do Estudo apontando soluções de Recursos Humanos e de
_____ reorganização espacial_____

_____ - Apresentação do Estudo em reunião e discussão do mesmo_____

Acta nº 10 de 98.03.13

3ª _____ Semana _____ de
Abril_____

_____ Tratamento e apresentação da versão final.”_____

_____ A Câmara tomou conhecimento._____

_____ Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a
reunião eram dezoito horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta,
que eu _____ redigi, subscrevo e vai ser assinada._____